

Guia de Planejamento Participativo

Elaboração de planos municipais de segurança alimentar e nutricional



2025



CÂMARA INTERSECRETARIAS DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO RIO GRANDE DO SUL



SUMÁRIO

Apresentação	4
1. Nível estratégico	8
2. Nível tático	11
2.1 Diagnóstico da situação alimentar	12
2.2 Situações-problema	20
2.3 Desafios	23
2.4 Objetivos	25
2.5 Ações	28
2.6 Organizando o texto do Plano	31
3. Monitoramento da execução do Plano	33
4. Validação e revisão	38
ANEXO I - Interconexão entre os elementos da estrutura do plano	41
ANEXO II - Do diagnóstico às ações	42
ANEXO III - Modelo para a sistematização dos elementos do plano e consolidação da carteira de ações por dimensão de análise	45
ANEXO IV - Cesta de indicadores de contexto	50



Apresentação

Planejamento Participativo da Política de Segurança Alimentar

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) reúne uma série de componentes que desenvolvem entre si um fluxo contínuo para realizar diversas funções, entre elas a elaboração do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional. **O Plano de SAN, conforme definido pelo Decreto N.º 7.272 de 25 de agosto de 2010, que regulamenta o SISAN, estabelece critérios específicos para a implementação da Política de SAN.** Isso é feito por meio do trabalho analítico e da perspectiva tática traçados sob coordenação da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), que se baseia nas prioridades estabelecidas pelo Conselho de Segurança Alimentar (COMSEA) a partir das deliberações da Conferência de SAN.

Esta Guia de Planejamento Participativo foi elaborada pela CAISAN-RS para orientar os municípios gaúchos em seu processo de formulação de planos de SAN. Ela recomenda um percurso específico de planejamento, baseado na experiência da CAISAN estadual e nos conceitos que vêm sendo adotados por ela desde 2022, quando passou a dedicar-se à formulação do III PESAN 2024-2027. Não se trata de um percurso que exclui outras modalidades de planejamento, mas sim de mais uma alternativa posta à disposição dos atores e atrizes municipais do SISAN.

A Guia de Planejamento Municipal da CAISAN-RS tem duas características destacáveis: por um lado, a de desenvolver uma relação possível entre diagnóstico da situação alimentar e agenda social de SAN e, por outro, a de valorizar as diretrizes surgidas dos fóruns locais onde se define a agenda social de SAN, isto é, as Conferências Municipais.

A primeira dessas características se reflete em uma tentativa de politizar o diagnóstico da situação alimentar no município, isto é, torná-lo sensível à agenda social local de SAN, conforme se discute no primeiro tópico deste material, intitulado Nível Estratégico. Em outras palavras, nesta guia, o diagnóstico da situação alimentar do município, calcado em indicadores que dão conta da produção, do consumo de alimentos, da nutrição das pessoas, etc., é pensada em função das diretrizes que emanam da Conferência Municipal de SAN e dos desafios consolidados nos planejamentos federal e estadual. As diretrizes, portanto, “abrem os olhos” dos comitês de planejamento municipais sobre aqueles aspectos da realidade nos quais, através da revisão de informação disponível, serão buscadas as situações-problema pertinentes para cada dimensão de análise e diagnóstico. Se uma Conferência Municipal de SAN reforça, entre suas prioridades, a importância de garantir o acesso universal à alimentação, com especial atenção a mulheres e crianças afetadas por situações sociais e étnico-raciais excludentes, então o diagnóstico da situação alimentar deverá incluir, em alguma de suas dimensões, a análise das condições de vida de mulheres e crianças em relação a variáveis de raça e de renda. Tal análise, por sua vez, será cotejada com as necessidades anunciadas pela Conferência Municipal. A possível lacuna exposta pelo cotejo entre diretrizes e evidências dará lugar a uma situação-problema da qual serão depreendidos desafios, objetivos e ações do Plano. Todo esse procedimento é detalhado na Guia, e os atores e atrizes do SISAN municipal estão convidados a colocá-lo à prova e a adaptá-lo.

A valorização da agenda local de SAN é outra característica do percurso de planejamento sugerido nestas páginas. Antes de atrelar diretamente a política municipal de SAN às diretrizes instaladas pela política nacional e pela conferência nacional e/ou estadual, trata-se de desenvolver a agenda de SAN dos municípios, atendendo sempre aos princípios do SISAN, e indo ao encontro dos pactos construídos nas esferas estadual e federal. As Conferências Municipais precisam se reconhecer nos planos municipais e estes são um instrumento privilegiado para extrair das Conferências Municipais desdobramentos administrativos e orçamentários, realizando, assim, certo conceito de participação. A orientação do

planejamento municipal de SAN deve, sem dúvidas, assumir os desafios colocados em outras esferas de governo, cujo atendimento também se beneficia do compromisso dos municípios. No entanto, seu desafio principal é de propor meios para que se efetive a governança participativa do Sistema e das políticas locais de SAN, o que requer a formalização de uma agenda social local e seu uso como referência em todas as etapas do processo de planejamento, ao lado das prioridades fixadas no estado e no país.

Um planejamento municipal participativo, ancorado no reconhecimento e no estímulo à formação da agenda local, e atento às possíveis sinergias com os planejamentos estadual e federal, depende do funcionamento e da articulação de todos os componentes do SISAAN no município. Eles são os seguintes:

- Conselho Municipal de Segurança Alimentar (**COMSEA**), órgão colegiado com participação majoritária de organizações da sociedade civil;
- Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (**CAISAN**), órgão colegiado governamental composto pelas secretarias relacionadas com a promoção da SAN;
- **Conferência Municipal de Segurança Alimentar**, instância de ampla discussão, na qual se definem as prioridades da política de segurança alimentar e nutricional.

Como esses componentes se articulam para desenvolver o planejamento municipal de SAN? Responder a essa pergunta e oferecer instrumentos úteis para gerar um fluxo de planejamento entre os componentes municipais do SISAAN é o objetivo desta guia.

Uma forma de entender a articulação entre COMSEA, CAISAN e Conferência para dar forma e sentido ao Plano de SAN é visualizar este último como um edifício de dois pavimentos: um estratégico e o outro tático. O primeiro pavimento

determina o aspecto e o conteúdo do segundo, que é monitorado permanentemente tendo em vista os objetivos e metas que se propõe. O planejamento participativo da política de SAN se joga no esforço de consolidação e articulação dos alicerces estratégico e tático e no processo de monitoramento. Nas próximas páginas, vamos expor, discutir e exemplificar cada um desses momentos: nível estratégico, nível tático e monitoramento da execução do plano.

Na seção de anexos, ao final da guia, o/a leitor/a encontra a esquematização dos fluxos de planejamento discutidos ao longo do texto, o modelo de alguns instrumentos que ajudam a sistematizar o trabalho de planejamento e uma cesta de indicadores que podem ser empregados pelos municípios à hora de empreender o diagnóstico da situação alimentar local. Por fim, saliente-se que esta guia está em permanente processo de revisão, de acordo com as questões que vão surgindo no diálogo entre a CAISAN-RS e os atores municipais do SISAN e no contexto dos processos de formação em planejamento organizados dentro do SISAN.

1. Nível estratégico

O primeiro nível é a constituição política da agenda de SAN. Vamos chamá-lo de **nível estratégico**. Sem o desenvolvimento desse nível, é difícil orientar o planejamento de SAN. O nível estratégico se desenvolve no contexto da preparação e da realização da Conferência Municipal de Segurança Alimentar. A definição do tema da Conferência, geralmente no âmbito do COMSEA, bem como as discussões que se dão em torno desse tema durante a conferência definem os contornos e o conteúdo conceitual básico da agenda de SAN em uma conjuntura determinada.

O que se concebe como agenda? Trata-se de um conjunto de linhas de ação, ancoradas em conceitos específicos, que dão o norte das transformações buscadas em determinados campos da atividade social. Por exemplo, a VIII Conferência Estadual de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 2022, estabeleceu, em uma das diretrizes encaminhadas à CAISAN-RS, a necessidade de “promover o aporte de conhecimentos e informações que promovam a autonomia e protagonismo dos camponeses e de suas organizações, em especial dos grupos sociais historicamente excluídos, como povos indígenas, pescadores tradicionais, comunidades quilombolas, afrodescendentes e povos tradicionais de matriz africana, tanto no espaço rural como no espaço urbano”. Nessa diretriz, sobressaem alguns *conceitos* tais como “autonomia”, “exclusão”, “povos indígenas”, “camponeses”, “pescadores tradicionais”, “comunidades quilombolas”, “povos tradicionais de matriz africana”.

A partir da leitura da diretriz, tem-se que “exclusão” e “autonomia” definem uma série de coletividades e demarcam, respectivamente, sua condição atual e uma perspectiva para o seu desenvolvimento. Desse modo, a “exclusão” é combatida com a “autonomia”. E a “autonomia” promovida é a dos sujeitos mencionados na própria diretriz. Estes últimos, observe-se, também constituem conceitos, não descrições auto-evidentes de coisas que já existem na realidade. Vejamos por que.

Dizer “camponês” não é o mesmo que dizer “agricultor familiar”, ainda que muitos agricultores familiares, isto é, pessoas registradas no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, possam se considerar e se organizar como “camponeses”. A noção de “camponês” tem sua própria história, que não coincide totalmente com a história da política pública de fomento à agricultura familiar e de seus beneficiários. Assim, “camponês” tem relação com a vida no campo, com certa história de reivindicação fundiária, com algumas memórias, com a ênfase na pequena propriedade rural, na agricultura de subsistência, na autonomia das unidades produtivas, etc.

Com o conceito de “povos indígenas” acontece algo similar ao observado no tocante a “camponês”. Dizer “povos indígenas” não necessariamente é o mesmo que dizer “etnias indígenas”. Convém indagar sobre a conotação da palavra “povos” junto àquelas pessoas que a enunciam, em vez de supor que ela é sinônimo de algo que já conhecemos. Por que alguém diz “povos” ao invés de “etnias”? Nuances desse tipo costumam ser intensamente discutidas nas conferências de soberania e segurança alimentar, porque nelas estão em jogo disputas e interpretações políticas sobre uma conjuntura determinada, seus protagonistas e as transformações admissíveis para ambos. Às vezes, tais discussões se condensam em

uma diretriz, como a reproduzida acima. As múltiplas discussões contempladas pela conferência de SAN geram várias diretrizes. Com essas diretrizes consolidadas no relatório da Conferência, ganha forma a **agenda social de SAN**, com suas apostas e preocupações específicas, às vezes complementares, às vezes descontínuas. **A agenda social de SAN é a base estratégica para que se formule o nível tático do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional.**

⇒ Recomenda-se que o COMSEA sistematize, sobre a base das discussões da Conferência Municipal, em torno de 10 (dez) diretrizes para a política municipal de SAN. Um número excessivo de diretrizes dificulta a apreensão da agenda social pelos planejadores, no contexto da CAISAN. Como veremos, são as diretrizes que orientam, no nível tático, o diagnóstico da situação alimentar do município e a identificação de situações problemas.

2. Nível tático

O **nível tático** do Plano de SAN está configurado por tudo aquilo que é preciso fazer a fim de **delimitar critérios para o desenho e/ou seleção de iniciativas** que dialoguem com as diretrizes da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e com aquelas instaladas em outras esferas de planejamento, na medida em que elas se apliquem ao território do município. Falemos, primeiro, da delimitação de iniciativas congruentes com as diretrizes da Conferência Municipal de Segurança Alimentar.

O componente do SISAN encarregado de acolher as diretrizes sistematizadas pelo COMSEA, a partir das discussões da Conferência Municipal de SAN, é a CAISAN municipal. Acolher essas diretrizes significa transformá-las no substrato da política municipal de SAN através de um método de planejamento sensível à agenda social de SAN. Aqui, discorreremos sobre uma possível via para alcançar esse objetivo, aquela que vem sendo explorada, na prática, pela CAISAN-RS desde 2022, em sua interface com o CONSEA-RS.

As diretrizes da Conferência Municipal de SAN operam como coordenadas para a sensibilização do olhar dos/das planejadores/as quando eles/elas preparam e realizam a análise da situação alimentar do município.

Quem são os planejadores? São as/os integrantes de um **comitê técnico interno à CAISAN**, composto por **quadros de todas as secretarias** integrantes desse colegiado, por colaboradores/as indicados pelo COMSEA e por outros/as

convidados/as –professores/as, pesquisadores/as, estudantes, conhecedores/as do território local, etc.– que estejam em condições de enriquecer a análise da situação alimentar do município. A secretaria executiva da CAISAN pode coordenar a formação do Comitê Técnico. Não existe número ideal de componentes para o mesmo. O importante é que dele participem pessoas com diferentes habilidades úteis para o exercício de planejamento, como a capacidade de escrita argumentativa e a curiosidade investigativa.

2.1 Diagnóstico da situação alimentar

O Comitê Técnico mencionado no tópico anterior realizará o **diagnóstico da situação alimentar no município**, isto é, evidenciará e analisará as tendências que caracterizam, na escala municipal, a produção e o acesso à alimentação, à saúde coletiva, à educação, etc. de modo a conceber **situações-problema**. Para levar a cabo a tarefa de diagnóstico, o comitê técnico apoia-se em **indicadores de contexto e, necessariamente, nas orientações da agenda pública de SAN** (ver tópico I), **consolidadas em diretrizes e desafios**.

Os indicadores de contexto fornecem informações sobre o ambiente ou as condições em que uma política pública é implementada. Eles refletem o estado inicial de fatores socioeconômicos, demográficos, culturais, ambientais ou institucionais. No contexto da estratégia de planejamento em SAN aqui apresentada, os indicadores de contexto ajudam a definir um cenário do qual serão depreendidas as situações-problema.

O III Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional 2024-2027 traz uma matriz de indicadores de contexto, com suas respectivas fontes de consulta, cuja pertinência e utilidade pode ser avaliada pelas/os planejadoras/es municipais. Além disso, outros indicadores devem ser selecionados, de acordo com o conhecimento específico do Comitê Técnico sobre as dimensões de análise contidas no plano municipal e em diálogo com as ênfases da agenda social de SAN, decorrente das **diretrizes sistematizadas pelo COMSEA** e, quando pertinente, dos **desafios dos planos nacional e estadual de SAN** (se estiverem vigentes) e das **diretrizes elencadas na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** (PNSAN, criada pela Lei 11.346/2006).

Uma tabela pode auxiliar na organização do procedimento descrito acima (ver Exemplo I). Nela, as/os integrantes do comitê técnico devem distribuir as diretrizes do COMSEA, da PNSAN, os desafios dos planos nacional e estadual e os indicadores que serão analisados de acordo com as **dimensões de análise** definidas no art. 21 do Decreto nº 7.272/2010, elencadas abaixo. Logo, devem atribuir às diretrizes e desafios selecionados, aquelas informações e indicadores que precisarão ser medidos para evidenciar o estado atual dos fatores sobre os quais o plano pretende intervir.

Dimensões de análise para o diagnóstico da situação alimentar do município e possíveis tópicos de exposição:

I produção de alimentos (estrutura agrária; produção agrícola; trabalhadores empregados na produção de alimentos; produção agropecuária na perspectiva

étnico-racial e de gênero; sustentabilidade das práticas utilizadas na produção de alimentos; uso de agrotóxicos; agricultura orgânica).

II disponibilidade de alimentos (capacidade de estocagem; feiras; mercados; supermercados; mercearias; equipamentos públicos e sociais de SAN).

III renda e despesas com alimentação (condições de vida; renda; emprego).

IV acesso à alimentação adequada (níveis de insegurança alimentar; qualidade da alimentação; disponibilidade de alimentos processados e ultraprocessados de acordo; acesso à água para consumo humano).

V saúde e acesso à serviços de saúde (estado nutricional da população; aspectos étnico-raciais; SISVAN - Consumo Alimentar; mortalidade infantil e mortalidade).

VI educação (acesso educacional; alfabetização da população; alimentação e nutrição nas escolas; hortas nas escolas; educação alimentar e nutricional; acesso à água nas escolas).

VII programas e ações relacionadas à segurança alimentar e nutricional (implantação e desenvolvimento do SISAN no município; políticas de promoção do acesso universal à alimentação; alimentação escolar PNAE; políticas de incentivo à comercialização da Agricultura Familiar; Políticas de SAN voltadas para povos e comunidades tradicionais; políticas de promoção do acesso à água)

Exemplo 1: tabela de referência para coleta de informação e definição de indicadores

<i>(I e II) produção e disponibilidade de alimentos</i>	<i>(III) renda e despesas com alimentação</i>	<i>(IV) acesso à alimentação adequada</i>	<i>(V) saúde e acesso à serviços de saúde</i>	<i>(VI) educação</i>	<i>(VII) programas e ações relacionadas a segurança alimentar e nutricional. Exemplo de preenchimento.</i>
<p>Diretriz COMSEA:</p> <p>Informações ou indicadores que dão conta da realidade evocada pela diretriz:</p>	<p>Diretriz COMSEA:</p> <p>Informações ou indicadores que dão conta da realidade evocada pela diretriz:</p>	<p>Diretriz COMSEA:</p> <p>Informações ou indicadores que dão conta da realidade evocada pela diretriz:</p>	<p>Diretriz COMSEA:</p> <p>Informações ou indicadores que dão conta da realidade evocada pela diretriz:</p>	<p>Diretriz COMSEA:</p> <p>Informações ou indicadores que dão conta da realidade evocada pela diretriz:</p>	<p>Diretriz COMSEA (exemplo): "Promoção do aporte de conhecimentos e informações que promovam a autonomia e protagonismo dos camponeses e suas organizações, em especial dos grupos sociais historicamente excluídos como povos indígenas, pescadores tradicionais, comunidades quilombolas, afrodescendentes e povos tradicionais de matriz africana, tanto no espaço rural como no espaço urbano".</p> <p>Informações ou indicadores que dão conta da realidade evocada pela diretriz (exemplo):</p> <p>Participação de GPTEs nos colegiados municipais (número de conselheiros); número de ações do município destinadas à promoção cultural de GPTEs; existência, no município, de atividades de pesquisa e extensão voltadas a comunidades tradicionais.</p> <p>Diretriz 2:</p> <p>Informações ou indicadores 2:</p>
<p>Desafio Plano Estadual (se pertinente):</p> <p>Informações ou indicadores que dão conta da realidade evocada pelo desafio:</p>	<p>Desafio Plano Estadual (se pertinente):</p> <p>Informações ou indicadores que dão conta da realidade evocada pelo desafio:</p>	<p>Desafio Plano Estadual (se pertinente):</p> <p>Informações ou indicadores que dão conta da realidade evocada pelo desafio:</p>	<p>Desafio Plano Estadual (se pertinente):</p> <p>Informações ou indicadores que dão conta da realidade evocada pelo desafio:</p>	<p>Desafio Plano Estadual (se pertinente):</p> <p>Informações ou indicadores que dão conta da realidade evocada pelo desafio:</p>	<p>Desafio Plano Estadual (se pertinente):</p> <p>"Expandir o SISAN para garantir o desenvolvimento e a efetiva implementação, de forma intersetorial a participativa, de políticas públicas de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional voltadas ao fomento da agricultura familiar e tradicional mediante compras públicas, transferência de insumos, tecnologias e maquinário, promoção da irrigação, em sinergia com a universalização do acesso aos alimentos através de equipamentos públicos e sociais de segurança alimentar e nutricional"</p>

					<p>Informações ou indicadores que dão conta da realidade evocada pelo desafio:</p> <p>Existência no município de programa de aquisição de alimentos da AF que beneficie PCTEs; existência, no município, de iniciativas que universalizem o acesso à alimentação adequada; existência, no município, de iniciativas de extensão rural.</p> <p>Desafio 2:</p> <p>Informações ou indicadores 2:</p>
<p>Desafio do Plano Nacional ou diretriz Política Nacional de SAN (se pertinente):</p> <p>Informações ou indicadores que dão conta da realidade evocada pelo desafio:</p>	<p>Desafio do Plano Nacional ou diretriz Política Nacional de SAN (se pertinente):</p> <p>Informações ou indicadores que dão conta da realidade evocada pelo desafio:</p>	<p>Desafio do Plano Nacional ou diretriz Política Nacional de SAN (se pertinente):</p> <p>Informações ou indicadores que dão conta da realidade evocada pelo desafio:</p>	<p>Desafio do Plano Nacional ou diretriz Política Nacional de SAN (se pertinente):</p> <p>Informações ou indicadores que dão conta da realidade evocada pelo desafio:</p>	<p>Desafio do Plano Nacional ou diretriz Política Nacional de SAN (se pertinente):</p> <p>Informações ou indicadores que dão conta da realidade evocada pelo desafio:</p>	<p>Desafio do Plano Nacional ou diretriz Política Nacional de SAN (se pertinente):</p> <p>“Atenção a Grupos Específicos: Ações voltadas para quilombolas, povos indígenas, assentados da reforma agrária e outras comunidades tradicionais”.</p> <p>Informações ou indicadores que dão conta da realidade evocada pelo desafio:</p> <p>Participação de GPTEs nos colegiados municipais (número de conselheiros); existência, no município, de atividades de pesquisa e extensão voltadas a comunidades tradicionais; existência no município de programa de aquisição de alimentos da AF que beneficie PCTEs.</p> <p>Desafio 2:</p> <p>Informações ou indicadores 2:</p>
<p>Outros indicadores considerados pertinentes pelo comitê da CAISAN para dar conta desta dimensão de análise. Não podem ser os mesmos de outra dimensão de análise.</p>	<p>Outros indicadores considerados pertinentes pelo comitê da CAISAN para dar conta desta dimensão de análise. Não podem ser os mesmos de outra dimensão de análise.</p>	<p>Outros indicadores considerados pertinentes pelo comitê da CAISAN para dar conta desta dimensão de análise. Não podem ser os mesmos de outra dimensão de análise.</p>	<p>Outros indicadores considerados pertinentes pelo comitê da CAISAN para dar conta desta dimensão de análise. Não podem ser os mesmos de outra dimensão de análise.</p>	<p>Outros indicadores considerados pertinentes pelo comitê da CAISAN para dar conta desta dimensão de análise. Não podem ser os mesmos de outra dimensão de análise.</p>	<p>Outros indicadores considerados pertinentes pelo comitê da CAISAN para dar conta desta dimensão de análise.</p> <p>volume de compras da agricultura familiar; quantidade de refeições distribuídas nos equipamentos de SAN do município; políticas territoriais e de fomento destinadas a assentados, indígenas, quilombolas.</p>
<p>Outros indicadores considerados pertinentes pelo comitê da CAISAN para dar conta desta dimensão de</p>	<p>Outros indicadores considerados pertinentes pelo comitê da CAISAN para dar conta desta dimensão de</p>	<p>Outros indicadores considerados pertinentes pelo comitê da CAISAN para dar conta desta dimensão de</p>	<p>Outros indicadores considerados pertinentes pelo comitê da CAISAN para dar conta desta dimensão de</p>	<p>Outros indicadores considerados pertinentes pelo comitê da CAISAN para dar conta desta dimensão de</p>	<p>Indicadores considerados pertinentes pelo comitê da CAISAN para caracterizar esta dimensão de</p>

análise. Não podem ser os mesmos de outra dimensão de análise.	análise. Não podem ser os mesmos de outra dimensão de análise.	análise. Não podem ser os mesmos de outra dimensão de análise.	análise. Não podem ser os mesmos de outra dimensão de análise.	análise. Não podem ser os mesmos de outra dimensão de análise.	análise. Gasto público em programas de SAN.Percentage do orçamento público destinado a programas de SAN, incluindo aquisição e distribuição de alimentos, capacitação e fomento à produção sustentável.
...

Com a tabela das páginas anteriores preenchida, as/os planejadores/as poderão definir as informações que levarão em consideração para caracterizar a situação alimentar no município. O objetivo principal da tabela é **distribuir as diretrizes em dimensões de análise e relacioná-las com informações que definem, de alguma forma, as realidades em que se deseja intervir.**

Retornemos à diretriz que postula a “promoção do aporte de conhecimentos e informações que promovam a autonomia e protagonismo dos camponeses e suas organizações, em especial dos grupos sociais historicamente excluídos”. A título de exemplo, essa diretriz foi incluída na sexta coluna da tabela (“VII programas e ações relacionadas à segurança alimentar e nutricional”). Diante dela, o Comitê Técnico poderia averiguar a existência de coletividades que se organizam como indígenas, quilombolas, etc. e sondar sua participação nos conselhos municipais, além de determinar a existência de ações de promoção cultural e de extensão rural para essas coletividades. Esses dados irão caracterizar a análise dos programas e ações em SAN (dimensão de análise VII) de acordo com uma diretriz específica do COMSEA. Nada impede que essa mesma diretriz apareça em outra dimensão de análise, onde novas informações ou indicadores serão selecionados para dar conta do tipo de realidade em que se quer intervir. O mesmo procedimento pode ser aplicado a todas as diretrizes e desafios disponíveis aos/às planejadores/as.

A tentativa de dar expressão empírica às realidades que as diretrizes e desafios evocam conjuga-se com a seleção de outros indicadores de contexto, selecionados

pelo Comitê Técnico, os quais também serão analisados de acordo com a sensibilidade política aportada, em geral, pelas diretrizes e desafios.

A concepção de diagnóstico da situação alimentar do território que se expressa nas orientações proporcionadas até aqui procura uma **articulação entre agenda social de SAN e esforço analítico**. A análise incorpora informações que dão concretude às diretrizes e desafios existentes e os complementa com outros indicadores de contexto eleitos pelo Comitê Técnico. Depois, essas informações tornam-se objeto de uma exposição descritiva que sonda possíveis situações-problema, à luz das preocupações e ênfases expostas nas próprias diretrizes.

Uma questão que poderia surgir neste ponto é por que priorizar os desafios dos planos nacional e estadual de SAN à hora de levantar indicadores adequados, enquanto, no concernente ao contexto municipal, priorizam-se as diretrizes sistematizadas pelo COMSEA. Em outras palavras, por que não são levadas em consideração as diretrizes dos CONSEA nacional e estadual, mas sim os desafios contidos nos planos nacional e estadual? Ocorre que as diretrizes formuladas em âmbito nacional e estadual configuram uma visão estratégica muito ampla e, geralmente, ajustadas às competências administrativas dos governos federal e estadual. Os critérios de realização dessa visão estratégica estão dados pelos desafios que se assumem nos planos nacional e estadual de SAN. É importante que o plano municipal procure se alinhar, na medida do possível, com os desafios que mobilizam os planos nacional e estadual, a fim de, eventualmente, entrar em sinergia com suas linhas de intervenção. Quanto à realidade do município, na

etapa prévia ao diagnóstico da situação alimentar, ainda não existem desafios estipulados, mas apenas diretrizes. Os desafios serão consequência do aparecimento de situações-problema, uma vez realizado o diagnóstico, como veremos na continuação.

A princípio, então, os planejadores municipais assumem desafios colocados nas esferas estadual e federal que sejam compatíveis com sua realidade e analisam tendências locais que possam ser sensíveis a eles. Paralelamente, selecionam indicadores locais que atendam às realidades evocadas pelas diretrizes do COMSEA, além de outros que julgarem adequados. Sobre a base desse material, eles diagnosticam, em sete dimensões de análise, a situação alimentar do município e procedem à definição de situações-problema.

2.2 Situações-problema

As diretrizes da conferência municipal e os desafios colocados em outras esfera de planejamento (estadual e nacional) dão o norte do diagnóstico da situação alimentar do município. Através deles, as/os planejadoras/es imbuem-se das preocupações que regem a agenda social de SAN. Isso significa que as preocupações e ênfases expressas pelas diretrizes e pelos desafios originados no COMSEA e em outras esferas de planejamento permitirão que cada dimensão de análise gere situações-problema. **Diretrizes e desafios fecundarão a realidade com problemas.**

Os problemas só aparecem quando contemplamos uma realidade a partir de prioridades e expectativas concretas. As diretrizes têm o papel de posicionar as/os planejadoras/es diante de determinado contexto –definido por certas informações e indicadores– com a missão de identificar **situações-problema**.

Voltemos ao nosso exemplo. Se uma diretriz hipotética do COMSEA estabelece a prioridade de “fomentar conhecimentos que abonem a autonomia de indígenas e quilombolas”, mas as/os planejadores não identificam qualquer ação nesse sentido, seja no sistema educativo, seja na política cultural ou agrícola, e se tampouco existe qualquer atividade de fomento que comporte essas preocupações no município, então configura-se uma situação-problema nesse quesito. Podemos descrevê-la assim: “É importante promover a produção de conhecimentos e informações que favoreçam a autonomia de povos indígenas, pescadores tradicionais, comunidades quilombolas, afrodescendentes e povos tradicionais de matriz africana, no entanto, não foram diagnosticados esforços nesse sentido no âmbito das instituições de pesquisa, assistência rural e promoção cultural existentes no município”.

Outro exemplo. Imaginemos que uma diretriz do COMSEA, relacionada com a dimensão de análise “programas e ações relacionadas à SAN”, estabeleça o seguinte: “Garantir o acesso à alimentação adequada e saudável para toda a população, respeitando as especificidades culturais de povos e comunidades tradicionais, através da disponibilização de pontos de distribuição de alimentos saudáveis capilarizados nos territórios”. Se, ao analisar os indicadores e as informações disponíveis para a caracterização dessa dimensão de análise, os/as

planejadores/as percebem que houve uma redução do número de equipamentos de segurança alimentar no município (hortas, cozinhas, restaurantes populares) e de outros lugares de comercialização de alimentos saudáveis (feiras), então, podem delimitar esta situação-problema: “a redução do número de equipamentos de segurança alimentar no território do município e a retração da quantidade de pontos de comercialização de produtos *in natura* causa preocupação no que diz respeito à garantia do acesso à alimentação adequada e saudável para toda a população”.

Em resumo, a situação-problema descreve uma discrepância ou lacuna identificada entre as diretrizes estabelecidas e a realidade observada no município.

As situações-problema emergem quando os/as planejadores/as, ao analisar o contexto local a partir de indicadores e informações pertinentes, percebem que as ações, políticas ou infraestrutura existentes não correspondem às expectativas ou necessidades expressas pelas diretrizes. Em outras palavras, uma situação-problema ocorre quando as condições atuais não atendem aos objetivos estabelecidos, gerando a necessidade de intervenções ou ajustes. **As sete dimensões de análise contidas no plano municipal admitem o enunciado de diversas situações-problema.** A tentativa de formular soluções de conjunto para todas elas leva à elaboração dos **desafios** correspondentes a cada dimensão de análise do plano.

2.3 Desafios

Um desafio endereça às situações-problema, identificadas via diagnóstico, um enunciado que aponta para a sua superação. Retomemos as situações-problema exemplificadas no tópico anterior, relacionadas com a dimensão de análise VII “programas e ações relacionadas à SAN”, para traçar um desafio pertinente:

1. É importante promover a produção de conhecimentos e informações que favoreçam a autonomia de povos indígenas, pescadores tradicionais, comunidades quilombolas, afrodescendentes e povos tradicionais de matriz africana, *no entanto*, não foram diagnosticados esforços nesse sentido no âmbito das instituições de pesquisa, assistência rural e promoção cultural existentes no município.
2. A redução do número de equipamentos de segurança alimentar no território do município e a retração da quantidade de pontos de comercialização de produtos in natura *causa preocupação* no que diz respeito à garantia do acesso à alimentação adequada e saudável para toda a população.

Um possível enunciado do desafio correlato a essas situações-problema é:

Incrementar e disseminar a oferta de alimentos in natura no território do município através do fomento de equipamentos de segurança alimentar abastecidos com produtos oriundos da agricultura tradicional e familiar.

A superação das *situações-problema* preconiza critérios de transformação social reconhecidos como legítimos no âmbito da construção atual das problemáticas da segurança e da soberania alimentar. Dessa forma, a ausência de promoção de conhecimentos úteis à autonomia dos povos tradicionais e originários e a redução do número de pontos de oferta gratuita ou comercialização de produtos saudáveis no município são encaradas sob o prisma dos valores, da relevância e das formas de desenvolvimento preconizadas para a produção tradicional e a alimentação coletiva na agenda social de SAN. Surge, portanto, um desafio que pretende abordar, de forma integrada, o fomento das territorialidades tradicionais, a alimentação coletiva e a diversificação da oferta de alimentos no município.

Formular o *desafio* implica, em primeiro lugar, dispor de *situações-problema*. Em segundo lugar, exige que tais *situações-problema* sejam abordadas em consonância com a agenda social de SAN, isto é, com as modalidades de intervenção constituídas como legítimas nessa agenda.

Para colocar nossa sensibilidade analítica em sintonia com as coordenadas que, atualmente, constituem a agenda de SAN, a fim de facilitar tanto o diagnóstico de *situações-problema* como a projeção de *desafios*, recomenda-se que, antes de empreender ambas as tarefas, seja realizada a leitura das diretrizes da política nacional de SAN (Lei 11.346/2006) e dos desafios do Plano Nacional de SAN e do Plano Estadual de SAN, quando estiverem vigentes. **Sempre que apresentarmos um desafio para dar conta de um grupo de situações-problema, devemos deixar claras quais são as diretrizes do COMSEA que legitimam o desafio** e qual a sua eventual

conexão com os desafios dos planos nacional e estadual de SAN. **Um desafio está relacionado com situações-problema e diretrizes.** Dele derivam-se **objetivos.**

2.4 Objetivos

Vimos que os desafios do Plano Municipal de SAN definem critérios para a solução integrada das situações-problema que aparecem em uma dimensão de análise. Por sua vez, os **objetivos irão responder às causas das situações-problema.** Cada **objetivo sinaliza uma forma de intervenção e um ou mais públicos-alvo prioritários** que serão contemplados por iniciativas concretas, cuja efetivação mensura-se pelo cumprimento de metas. Um desafio desdobra-se, por conseguinte, em diferentes objetivos, estes relacionados às situações-problema que apareceram ao longo do diagnóstico da situação alimentar no município.

Recuperemos os exemplos de situação-problema e de desafios com os quais viemos trabalhando para extrair deles um objetivo adequado.

Situações-problema:

1. É importante promover a produção de conhecimentos e informações que favoreçam a autonomia de povos indígenas, pescadores tradicionais, comunidades quilombolas, afrodescendentes e povos tradicionais de matriz africana, no entanto, não foram diagnosticados esforços nesse sentido no âmbito das instituições de pesquisa, extensão rural e promoção cultural existentes no município.

2. A redução do número de equipamentos de segurança alimentar no território do município e a retração da quantidade de pontos de comercialização de produtos *in natura* causa preocupação no que diz respeito à garantia do acesso à alimentação adequada e saudável para toda a população.

Desafio:

Incrementar e disseminar a oferta de alimentos in natura no território do município através do fomento de equipamentos de segurança alimentar abastecidos com produtos oriundos da agricultura tradicional e familiar.

Objetivos:

- a) Realizar ações de assistência técnica e extensão rural que favoreçam as territorialidades tradicionais e beneficiem a produção de alimentos em territórios indígenas e quilombolas, assentamentos da reforma agrária e unidades produtivas familiares presentes no município.
- b) Criar novos pontos de comercialização de alimentos *in natura* e articular a produção de alimentos dos territórios tradicionais e da agricultura familiar e camponesa a lugares de oferta gratuita de refeições prontas, através de compras institucionais.

Os objetivos *a)* e *b)* pretendem atender as possíveis causas das situações-problema *1)* e *2)*. Desse modo, eles podem responder ao desafio de aumentar a oferta de

alimentos em sinergia com o desenvolvimento da agricultura familiar e dos territórios tradicionais.

A situação-problema 1) indica a ausência da promoção de conhecimentos que favoreçam a autonomia de certos grupos. A causa dessa situação-problema foi localizada na carência de atendimento específico a essas pessoas para o fortalecimento dos territórios, principalmente do ponto de vista da sua capacidade produtiva. Diante disso, surge o objetivo de prover assistência técnica e extensão rural a grupos tradicionais e camponeses. Já a situação-problema 2) aponta a diminuição do número de equipamentos de SAN e dos pontos de comercialização de alimentos *in natura*. A causa dessa situação-problema pode localizar-se na indisponibilidade de pontos de comercialização para a agricultura familiar e na inexistência de compras institucionais capazes de dinamizar a oferta de alimentos nos equipamentos de SAN (cozinhas solidárias, restaurantes populares, refeitórios escolares e de creches, etc.). Para combater as causas apontadas, define-se o objetivo de disponibilizar novos pontos de comercialização de alimentos e, via compras institucionais, vincular a produção familiar e tradicional a lugares de oferta gratuita de refeições.

Tanto o provimento de assistência técnica e extensão rural como a criação de pontos comerciais e a articulação de mercados institucionais requerem *ações* com produtos mensuráveis, cuja entrega fica sob responsabilidade de um ou mais órgãos do Poder Executivo municipal. **Os objetivos convocam, então, ações pontuais**, com beneficiários específicos e entregas delimitadas que almejam incidir nas causas das situações-problema sondadas.

Os objetivos são definidos como respostas específicas às causas das situações-problema identificadas em um diagnóstico. Eles atendem desafios e visam abordar diretamente as raízes das situações-problema, propondo soluções concretas e mensuráveis. Cada desafio se desdobra em vários objetivos focados em diferentes causas das situações-problema. **Esses objetivos, por sua vez, guiam a formulação de ações que terão entregas claras**, com o intuito de enfrentar e mitigar as causas subjacentes aos problemas diagnosticados.

2.5 Ações

As ações do Plano Municipal de SAN podem ser agrupadas em resposta a desafios e objetivos. **A carteira de ações do plano**, ou seja, o conjunto de todas as ações que **atendem aos desafios do plano, com seus respectivos objetivos**, deve encontrar correspondência no Plano Plurianual Municipal (PPA).

Para que as ações preconizadas no marco da política de SAN tenham representatividade na formulação do PPA, é estratégico que os órgãos relacionados com a promoção da SAN (isto é, os órgãos integrantes da CAISAN municipal) procurem incidir no planejamento plurianual do município através da proposição de iniciativas relacionadas com os desafios e objetivos definidos durante o esforço de construção do Plano municipal de SAN. **Isso significa que, idealmente, a construção do Plano de SAN precisa convergir com a construção do PPA municipal**. Se a convergência não for possível, o Plano de SAN irá recolher, em sua carteira de ações, aquelas iniciativas que estiverem no PPA municipal e que

atenderem os desafios e objetivos elencados durante o trabalho de planejamento. Entretanto, a carteira de ações não precisa ficar limitada às iniciativas que já estiverem no PPA. Ela pode incluir propostas que ainda não fazem parte do planejamento municipal, com vistas a futuras revisões do PPA.

É importante que a carteira de ações do plano desdobre com clareza quais iniciativas respondem a cada desafio e objetivo. Além disso, devem ser explicitadas as **fontes de recursos**, quando houver ou for necessário, bem como os **dados sobre a execução: produto a ser entregue, unidade de medida da entrega, meta total e órgão responsável**. Observa-se que nem sempre uma iniciativa é orçamentária. Em alguns casos, pode ocorrer que a iniciativa proposta não requeira orçamento específico, como quando se trata da elaboração de leis e decretos, protocolos, informes e relatórios sob responsabilidade do corpo técnico da administração municipal.

O Plano Estadual de SAN pode ser uma referência para a elaboração da carteira de ações do Plano Municipal. Abaixo, temos o exemplo de como o III Plano Estadual de SAN agrupa as ações decorrentes de seu desafio nº 3, desdobrado nos objetivos 3.1 e 3.2. A primeira coluna, intitulada “ação programática”, pode ser desconsiderada na esfera municipal, caso este não for um nível de planejamento praticado no município. Nada impede, também, que outras colunas sejam incluídas na carteira de ações, de acordo com o que o município pretende monitorar ao longo da execução do Plano. Dessa forma, podem ser apresentados valores-base dos quais se parte para atingir as novas metas, objetivos do desenvolvimento sustentável aos quais as iniciativas se vinculam, etc.

Exemplo 2: aspecto da carteira de ações do III Plano Estadual SAN

Desafio 3: Formular políticas de assistência social e de ampliação e redistribuição da renda, concomitantes com a criação de postos de trabalho qualificados e estáveis.					
Objetivo 3.1: Constituir, manter, defender e ampliar políticas de assistência e acesso à renda.					
Ação Programática	Iniciativa e IP (quando couber)	Produto	Unidade	Meta total	Órgão responsável
Enfrentamento das desigualdades	Articulação de atendimento intersetorial a famílias de extrema vulnerabilidade social. 1103	Família atendida	unidade	10800	SEDES
Acompanhamento de egressos do acolhimento institucional	Acompanhamento de egressos do acolhimento institucional.	Bolsa distribuída	unidade	960	SEDES
		Jovem acompanhado	unidade	80	
Desenvolvimento rural sustentável: diversificação dos sistemas produtivos, geração de renda e sucessão familiar no campo	Desenvolvimento da prestação de serviços rurais. 6714	Beneficiário capacitado	unidade	100	SDR
Geração de renda e qualificação rural	Fomento às atividades produtivas rurais.	Projeto apoiado	unidade	176	SDR
Jovem Aprendiz	Apoio a iniciativas para inserção do jovem no mercado de trabalho. 2210	Escola Profissional e Técnica com Programa de Aprendizagem Implementado (Jovem Aprendiz)	unidade	70	SEDUC
Objetivo 3.2: Desenvolver políticas voltadas à inclusão e desenvolvimento da população preta e parda, mais atingida pela fome, pobreza e desemprego.					
Ação Programática	Iniciativa e IP (quando couber)	Produto	Unidade	Meta total	Órgão responsável
RS Sem Fome	Estímulo à comercialização de alimentos produzidos em comunidades quilombolas, articulado ao fomento do consumo consciente e solidário em centros urbanos.	Comunidade atendida	unidade	6	SEDES
Geração de renda e qualificação rural	Fortalecimento produtivo e qualificação social de indígenas e quilombolas. 1718	Infraestrutura local apoiada	unidade	2	SDR
		Projeto indígena apoiado	unidade	906	
		Projeto quilombola apoiado	unidade	580	

2.6 Organizando o texto do Plano

O nível tático representa boa parte do texto do Plano. Ele reúne o diagnóstico da situação alimentar no município, a elaboração de situações-problema, a definição de desafios, de objetivos e de ações. Entre os anexos desta guia, o/a leitor/a vai encontrar um instrumento que pode facilitar a sistematização de todas essas etapas e a consolidação do texto do Plano. Trata-se do “**Anexo III - Modelo para a sistematização dos elementos do plano e consolidação da carteira de ações por dimensão de análise**”. Como utilizá-lo? É simples: basta subdividir o Comitê Técnico encarregado da formulação do Plano em diferentes comissões, encarregadas de uma ou mais dimensões de análise da situação alimentar do município. Essas comissões recebem cópias em branco do modelo proposto no Anexo III, de acordo com o número de dimensões de análise sob sua responsabilidade. As comissões são convidadas, então, a preenchê-la(s) na medida em que seu trabalho avança. **É importante preencher um modelo para cada dimensão de análise.**

Dessa forma, primeiro as comissões irão elaborar e transpor ao modelo o texto de suas dimensões de análise, ou seja, a parte do diagnóstico que lhes coube. Depois, irão definir, sucessivamente, de acordo com as instruções do modelo e as explicações desta guia, as situações-problema, o desafio e os objetivos **decorrentes de cada dimensão de análise**. Finalmente, irão completar as tabelas disponíveis no Anexo III com as iniciativas que atendem aos objetivos propostos, empregando uma tabela para cada desafio.

Uma vez que todas as comissões do Comitê Técnico concluírem esse trabalho, o Plano estará pronto, mas ainda fragmentado. Sugere-se que a Secretaria Executiva da CAISAN municipal proceda à montagem do documento final, reunindo cada dimensão de análise e, depois, discriminando os desafios numa sessão à parte e organizando a carteira de ações. Esta última será, basicamente, a coleção das tabelas preenchidas pelas comissões do Comitê Técnico. Ao organizar as tabelas, é importante evitar a repetição de ações. Uma triagem minuciosa por parte da pessoa ou equipe encarregada de estruturar o texto do Plano permite evitar esse problema. O III Plano Estadual de SAN 2024-2027 pode referenciar a montagem do Plano municipal no que diz respeito às suas subdivisões internas.

3. Monitoramento da execução do Plano

Compete à CAISAN municipal definir os instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação do Plano de SAN, bem como monitorar e avaliar os resultados e impactos das ações nele contidas. O monitoramento Plano permite que os distintos componentes do SISA/RS (CAISAN, COMSEA, Conferência de SAN) avaliem como e com que intensidade a administração pública atende às iniciativas consideradas estratégicas para a consecução da Soberania e da Segurança Alimentar e Nutricional.

O monitoramento do Plano de SAN depende de indicadores. No contexto do monitoramento de um plano municipal, os indicadores são ferramentas usadas para medir e avaliar o progresso e os resultados das ações planejadas, bem como para analisar o contexto onde tais ações ocorrem. Eles servem para acompanhar se as metas estão sendo alcançadas e ajudam a saber se as estratégias adotadas estão funcionando ou precisam ser ajustadas.

O monitoramento do Plano geralmente considera três tipos de indicadores, descritos brevemente na continuação.

1. Indicadores de resultado: avaliam os produtos finais entregues ao longo do tempo. Exemplo: percentual ou volume de produtos entregues.

2. Indicadores de efetividade: avaliam a qualidade e o impacto das ações,

verificando se estão realmente trazendo as mudanças desejadas. Podem ser qualitativos, mas não exclusivamente. Exemplo: melhora na satisfação dos usuários de um serviço, desenvolvimento de novos protagonismos sociais, transformação da percepção de insegurança alimentar.

3. Indicadores de contexto: analisam o ambiente geral em que o plano está sendo implementado. Ajudam a entender fatores externos que podem influenciar os resultados. Exemplo: taxa de desemprego em uma região; alcance de determinado programa social federal ou estadual; correlação entre certos marcadores sociais e a distribuição de recursos em um território específico (relação raça/renda; gênero/renda); preço dos alimentos; condições climáticas; características da produção agrícola; infraestruturas de armazenamento; desertos e pântanos alimentares.

Os *indicadores de resultado* se concentram em quantificar o que foi alcançado em termos concretos, de acordo com as unidades de medida estipuladas na carteira de ações do Plano. Para monitorar esse tipo de indicador é necessário utilizar registros administrativos, como relatórios das secretarias municipais ou sistemas informáticos de acompanhamento das ações do PPA.

Os *indicadores de efetividade* medem o impacto das ações realizadas, ou seja, avaliam se as iniciativas do plano estão alcançando os objetivos desejados em termos de mudanças reais na vida das pessoas. Esses indicadores se concentram em verificar não apenas se as metas foram atingidas, mas se os resultados geraram os efeitos pretendidos –ou outros–, como melhorias na qualidade de vida, mudança

nas percepções sociais e nas relações entre as pessoas, redefinição de hábitos, etc. Seu monitoramento pode recorrer a métodos diversos como entrevistas, questionários, grupos focais. Um exemplo de método seria a produção de relatórios, pelos servidores mais próximos do contexto de execução das iniciativas, que descrevam não só os resultados numéricos, mas também as narrativas dos impactos observados. Isso pode incluir depoimentos dos beneficiários sobre como suas vidas mudaram devido às ações do plano.

Os *indicadores de contexto* correspondem às sete dimensões de análise em que se subdivide o diagnóstico da situação alimentar no município. Eles não medem diretamente as ações do plano, mas ajudam a compreender as condições gerais que afetam a execução e o impacto dessas ações. Tais indicadores são importantes para avaliar como as mudanças no contexto mais amplo podem facilitar ou dificultar a realização dos objetivos do plano. Trata-se, então, de indicadores indiretos que dão conta de realidades determinadas de forma complexa por uma multiplicidade de variáveis, cuja alteração de conjunto não responde a iniciativas isoladas. De acordo com a evolução dos indicadores de contexto, a CAISAN poderá inferir a efetividade das iniciativas selecionadas para responder aos desafios do Plano, em correlação com outras intervenções e processos que não necessariamente dependem dos órgãos do Executivo municipal afetos à promoção da Soberania e da Segurança Alimentar e Nutricional. Paralelamente, a revisão dos indicadores de contexto subsidia o diagnóstico da situação alimentar no município.

Os indicadores de contexto provêm de fontes oficiais, como IBGE, dados municipais sobre emprego e renda, estatísticas agrícolas, comerciais, etc. **Nesta**

cartilha, oferecemos aos municípios uma cesta de possíveis indicadores de contexto, separados por dimensão de análise, que podem auxiliar na composição das matrizes de indicadores dos planos de SAN (ver anexo IV). Além disso, como recomendação geral para o mapeamento de outros indicadores e informações relevantes para refletir sobre a situação alimentar do municípios, indicamos o [panorama do IBGE por município](#), a matriz de indicadores do [Plano Estadual de SAN](#) e os seguintes painéis e plataformas:

Biblioteca do SISAN

<https://www.redus.org.br/sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-sisan/biblioteca>

Biblioteca da Estratégia Alimenta Cidades

<https://www.redus.org.br/alimenta-cidades/biblioteca>

Cadastro nacional de Cozinhas Solidárias

<https://cozinhasolidaria.digital/csvl/cozinha/consulta-externa/?nome=&cnj=&cidade=&uf=RS&situacao=>

Indicadores do Programa Brasil Sem Fome

https://painéis.mds.gov.br/public/extensions/BSF/indicadores_m.html

Mapa único do Plano de Reconstrução do RS

[Mapa Único Plano Rio Grande \(mup.rs.gov.br\)](#)

Mapa Estratégico para Políticas de Cidadania

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/>

Mapa das periferias

<https://mapadasperiferias.cidades.gov.br/>

Observatório do Cadastro Único

[Observatório do Cadastro Único \(cidadania.gov.br\)](#)

Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

[SISVAN \(saude.gov.br\)](#)

Painel Mapeamento de Pântanos e Desertos Alimentares - Estratégia Alimenta Cidades

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNzQxYzYzM5ZDctYjMwMyOOZTQOLWlxOTItZGQ4YWYOYTYyZjExliwidCI6IjlxODA4YmQwLTVjNmEtNDlkZiO5M2RmLWZiNmE3NDBmNTkoZCIsImMiOiQh9>

Painel Densidade de Estabelecimentos Comerciais de Alimentos - Estratégia Alimenta Cidades
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNzQxYzYzM5ZDctYjMwMyOOZTQOLWlxOTItZGQ4YWYOYTYyZjExliwidCI6IjlxODA4YmQwLTVjNmEtNDlkZiO5M2RmLWZiNmE3NDBmNTkoZCIsImMiOiQh9>

Painel Departamento de Economia e Estatística - Agricultura, pecuária, extração vegetal e silvicultura RS
<https://bi.dee.rs.gov.br/>

Pesquisa de Informações Básicas Municipais
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/brasil/pesquisa/1/74454?ano=2021>

CENSO SUAS
aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/portal-censo/

Uma observação final sobre o monitoramento. É graças a ele que, uma vez concluído o período de vigência do plano, será possível prestar contas, no texto do novo plano, do estado da política pública de SAN no município. Essa prestação de contas estará baseada nos indicadores de resultado, efetividade e contexto monitorados durante a vigência do plano e será incluída na dimensão de análise VII (programas e ações relacionadas à segurança alimentar e nutricional) do novo plano de SAN. Em síntese, **monitorar o plano é gerar insumos para futuros diagnósticos das políticas municipais de SAN.**

4. Validação e revisão

Ao término do processo de mediação que fez as diretrizes surgidas da Conferência de SAN repercutirem nos diagnósticos, desafios, objetivos e ações do Plano Municipal de SAN, será necessário expor o resultado do procedimento à apreciação e validação dos dois colegiados constitutivos do SISAN, a saber: A CAISAN e o COMSEA. Isso significa convocar uma reunião da instância decisória máxima da CAISAN, conforme a normativa municipal, e submeter o texto à análise e votação de seus membros. Realizada essa etapa, chega o momento de submeter o texto do plano à anuência do COMSEA. Convém realizar uma plenária do conselho especialmente convocada para esse fim e expor aos conselheiros como transcorreu o processo de planejamento, quais seus desafios, objetivos e iniciativas. A exposição deve ser feita, preferencialmente, por um integrante do Comitê Técnico do Plano que tiver acompanhado, do início ao fim, a formulação do documento.

As anuências da CAISAN e do COMSEA não são apenas formalidades. Delas podem surgir indicações de ajustes que precisam ser incluídas no texto final do plano. Além disso, conforme sugerido no tópico 2 desta guia, é interessante que o COMSEA indique componentes para o Comitê Técnico do Plano, a fim de manter uma conexão permanente com todo o percurso de planejamento e, assim, oferecer suas contribuições de forma concomitante com a consolidação do próprio plano.

Uma vez validado pela CAISAN, o plano torna-se um pacto intersetorial no interior do governo sobre as prioridades e linhas de intervenção da política de SAN. A legitimidade desse pacto exige que seus objetivos sejam também chancelados pelo COMSEA. Obtidas as chancelas da CAISAN e do COMSEA, a execução do Plano será monitorada pela CAISAN, que avaliará o atingimento de metas e a efetividade das ações executadas através de uma instância criada especialmente para tal fim: o

comitê de monitoramento. Compete também a essa instância fornecer ao COMSEA os insumos necessários para que ele cumpra sua função de órgão consultivo e de controle social.

Durante o ciclo de gestão abrangido pelo Plano, que coincide com o do PPA municipal e dura quatro anos, serão emitidos relatórios parciais de monitoramento, preferencialmente a cada dois anos, dando conta do nível de execução de todas as iniciativas pactuadas, medido pelos indicadores de resultado.

No segundo ano de vigência do plano, será aberto um período de revisão, que pode levar à inclusão, na carteira de ações, de novas iniciativas adotadas pela administração pública em prol da promoção da SAN e de outras iniciativas, consideradas pertinentes para atender situações-problema que não tinham sido consideradas em conjunturas anteriores. A revisão do plano precisa ser chancelada tanto pela CAISAN, como pelo COMSEA. É graças a ela que o plano preserva sua vigência, sintonizado com a transformação das conjunturas e com o aparecimento de novas prioridades no âmbito da agenda social de SAN.

Uma palavra sobre a contratação de consultorias para a formulação dos planos municipais.

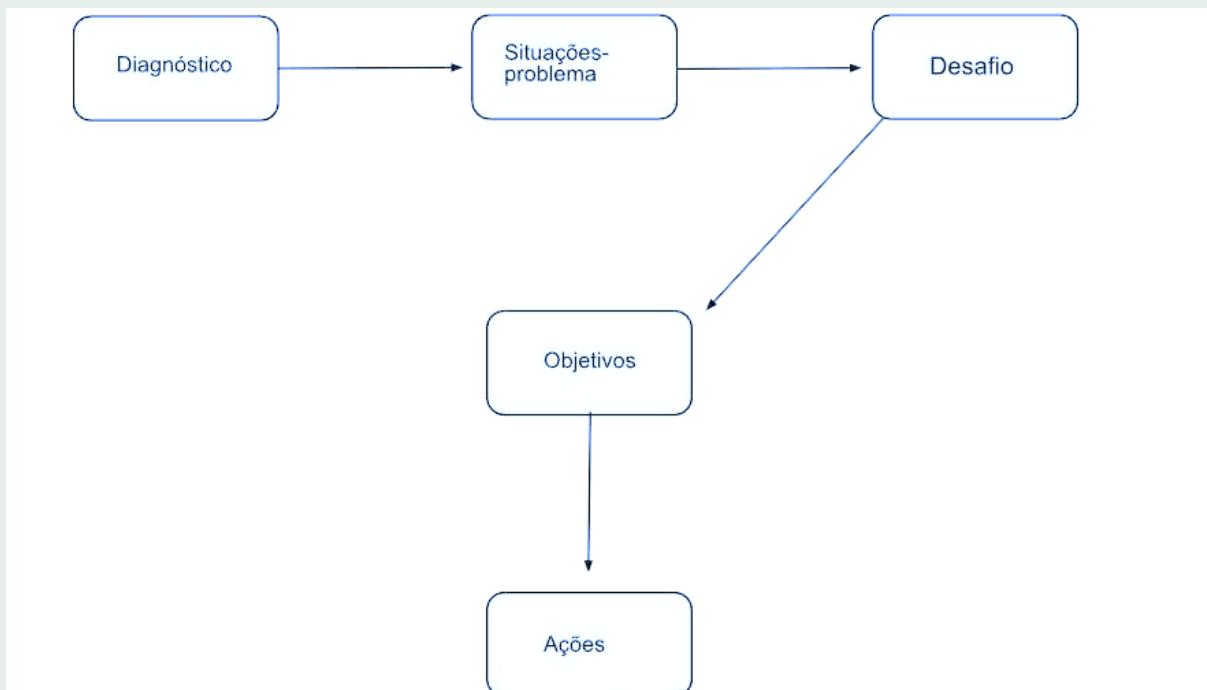
A secretaria-executiva da CAISAN-RS **não recomenda a contratação de consultorias privadas** para a formulação dos planos municipais de SAN, por entender, a partir de sua própria experiência na coordenação do planejamento da política pública, que esse recurso tende a redundar em produtos com escasso apelo ao corpo técnico e à sociedade civil. Tal tendência origina-se no fato de que, ainda quando os planos realizados por consultorias privadas recorram a instâncias de consulta e participação, eles não incluem a participação intensiva de servidores públicos e de outros atores da política de SAN nos mínimos detalhes de todas as etapas do planejamento. Debilita-se, portanto, a identificação entre esses sujeitos e o pacto consolidado do plano. Outra potencialidade do processo de planejamento

que poderia se perder com a contratação de consultorias é o aperfeiçoamento do corpo técnico em tarefas essenciais à construção de intervenções efetivas, como a pesquisa e a análise de indicadores, a definição de situações-problema, desafios e objetivos e a capacidade de monitorar e analisar o impacto das ações do governo. A não participação direta dos atores da política municipal de SAN na construção do Plano também limita a difusão de conhecimentos específicos sobre a realidade local, os quais podem ser úteis para enriquecer a capacidade propositiva e criativa dos componentes do SISAN e dos órgãos gestores da política de SAN. O Plano é, em si, uma contribuição do SISAN para o aperfeiçoamento da administração municipal, ao fomentar a instrução e a capacitação dos agentes públicos para acompanhar todo o ciclo de execução das políticas públicas.

Ao assumir o planejamento de SAN mediante recursos próprios, o SISAN municipal tem a oportunidade de aperfeiçoar sua capacidade de intervenção e proposição, o que, por si só, já é um investimento em segurança alimentar e nutricional com consequências benéficas no médio e no longo prazo. A contratação de consultoria pode, entretanto, produzir efeitos positivos quando o edital de contratação do serviço prever a transferência de expertise para o poder público e o controle social, de modo que estes conduzam a elaboração de futuros Planos de SAN.

Para concluir, observa-se que a validação do Plano pelo controle social, via COMSEA, é um procedimento cuja adoção torna-se também recomendável, com as necessárias adaptações, no momento de desenhar as diversas iniciativas que integram a carteira de ações do Plano. Desse modo, é possível enriquecer significativamente as variáveis e situações a serem consideradas para a definição dos beneficiários, dos produtos e das regiões prioritárias, bem como das formas de assegurar a participação dos beneficiários na formulação da política pública.

ANEXO I - Interconexão entre os elementos da estrutura do plano



ANEXO II - Do diagnóstico às ações a partir dos exemplos da cartilha

Diagnóstico de situações problema



É importante promover a produção de conhecimentos e informações que favoreçam a autonomia de povos indígenas, pescadores tradicionais, comunidades quilombolas, afrodescendentes e povos tradicionais de matriz africana, no entanto, não foram diagnosticados esforços nesse sentido no âmbito das instituições de pesquisa, assistência rural e promoção cultural existentes no município.



A redução do número de equipamentos de segurança alimentar no território do município e a retração da quantidade de pontos de comercialização de produtos in natura causa preocupação no que diz respeito à garantia do acesso à alimentação adequada e saudável para toda a população.



Desafio



Incrementar e disseminar a oferta de alimentos in natura no território do município através do fomento de equipamentos de segurança alimentar abastecidos com produtos oriundos da agricultura tradicional e familiar.



Objetivos



Realizar ações de assistência técnica e extensão rural que beneficiem a produção de alimentos em territórios indígenas e quilombolas, assentamentos da reforma agrária e unidades produtivas familiares presentes no município.



Criar novos pontos de comercialização de alimentos in natura e articular a produção de alimentos dos territórios tradicionais e da agricultura familiar e camponesa a lugares de oferta gratuita de refeições prontas, através de mercados institucionais específicos.



Ações



Exemplo iniciativa 1: Estímulo à comercialização de alimentos produtos em comunidades indígenas e quilombolas, articulado ao fomento do consumo solidário em centros urbanos. Produto: comunidade assistida. Unidade: número. Meta: 15. Órgão responsável: Secretaria de Agricultura.



Exemplo iniciativa 2: Aquisição de alimentos da agricultura familiar e tradicional para redistribuição em equipamentos públicos e sociais de SAN. Produto 1: alimento adquirido. Unidade: kg. Meta: 30.000. Produto 2: Equipamento beneficiado. Unidade: número. Meta: 10. Órgão responsável: Secretaria de Assistência Social.

ANEXO III - Modelo para a sistematização dos elementos do plano e consolidação da carteira de ações por dimensão de análise.

Dimensão diagnosticada: *exemplo “1 - produção de alimentos”*

1. **Diagnóstico:** apresentação do diagnóstico da dimensão específica. A análise incorpora informações que dão concretude às diretrizes e desafios já sistematizados e os complementa com indicadores de contexto.
2. **Situações-problema:** descrevem uma discrepância ou lacuna identificada entre as diretrizes e prioridades estabelecidas e a realidade observada no município.
3. **Desafio:** endereça às situações-problema, identificadas via diagnóstico, um enunciado que aponta para a sua superação. Recomenda-se a enunciação de apenas um desafio por dimensão de análise. O desafio é transversal às situações-problema de uma dimensão de análise.
4. **Objetivo(s):** dizer o que precisa ser feito para incidir nas causas das situações-problema identificadas através do diagnóstico. Pode ser formulado mais de um objetivo. Cada objetivo sinaliza uma forma de intervenção e um ou mais públicos-alvo prioritários.
5. **Ações, produtos, metas e responsabilidades e Programas:** listar ações cujo propósito é alterar as situações-problema. As ações respondem aos objetivos e sinalizam produtos mensuráveis, metas a serem atingidas e responsabilidades de execução.

Abaixo, modelo de quadro para elencar as ações, produtos, metas, responsabilidades e programas, segundo cada dimensão de análise do plano de

SAN. Um quadro como esse deve ser elaborado para cada dimensão de análise, a fim de desdobrar o diagnóstico em linhas de intervenção.

Desafio: ex.: Combater a insegurança alimentar e nutricional e implementar projetos e ações de inclusão produtiva e geração de renda junto aos grupos populacionais específicos, povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais.

Objetivo 1: ex.: Ampliar projetos e ações de combate à insegurança alimentar e nutricional, mediante a inclusão produtiva e geração de renda para os povos indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais;

Ação Programática (se houver)	Iniciativa	Produto	Unidade	Meta total	Órgão responsável
Combate ao racismo e à	Elaboração de protocolo	Protocolo de prestação de	unidade	2	SAS/SJCDH

desigualdade étnico-racial	para prestação de assistência alimentar a povos e comunidades tradicionais.	assistência alimentar elaborado			
RS Sem Fome	Circuitos curtos de comercialização de alimentos tradicionais	Circuito criado	unidade	6	SAS
		Comunidade atendida	unidade	6	
Programa c	Iniciativa c	produto c	unidade	X	XXXX
Programa d	iniciativa d	produto d	unidade	X	XXXX

Objetivo 2:

Programas	Iniciativa	Produto	Unidade	Meta	Órgão responsável
-----------	------------	---------	---------	------	-------------------

Programa e					

Objetivo 3:

Programas	Iniciativa	Produto	Unidade	Meta	Órgão responsável
Programa f					

ANEXO IV - Cesta de indicadores de contexto

Dimensão	Denominação do Indicador	Unidade	Fonte	Periodicidade	Fórmula de apuração	Escala de regionalização	Link para Acesso	OBS.:
I - Produção de Alimentos	Taxa de crescimento do número de empregos em estabelecimentos de micro e pequeno porte ligados à produção de alimentos*	%	RAIS	Anual	$\frac{(\text{n}^\circ \text{total de empregados da indústria de produção de alimentos nos estabelecimentos com até 99 pessoas no ano mais recente}) - (\text{n}^\circ \text{total de empregados da indústria de produção de alimentos nos estabelecimentos com até 99 pessoas no ano anterior})}{(\text{n}^\circ \text{total de empregados da indústria de produção de alimentos nos estabelecimentos com até 99 pessoas no ano anterior})}$	Município	https://bi.mte.gov.br/bgcaged/	Estabelecimentos de pequeno porte da indústria, conforme definido pelo SEBRAE no estudo Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira, são aqueles que possuem até 99 empregados. Para o cálculo do indicador será necessário acessar o link, ir em "Tamanho do estabelecimento" e selecionar até 99 vínculos. Depois ir em "Setorial" e selecionar "CNAE 2.0 div" e selecionar apenas a opção "Fabricação de produtos alimentícios"
I - Produção de Alimentos	Taxa anual de crescimento da área ocupada por cultivo de soja	%	DEEDados	Anual	$\frac{(\text{área total ocupada por cultivo de soja no ano mais recente}) - (\text{área total ocupada por cultivo de soja no ano anterior})}{(\text{área total ocupada por cultivo de soja no ano anterior})}$	Município	http://deedados.planejamento.rs.gov.br/feedados/	
I - Produção de Alimentos	Taxa anual de crescimento da área ocupada pelos principais cultivo alimentares (arroz, mandioca, feijão, milho, uva, batata-inglesa e laranja)	%	DEEDados	Anual	$\frac{(\text{área total ocupada pelos cultivos de arroz, mandioca, feijão, milho, uva, batata-inglesa e laranja no ano mais recente}) - (\text{área total ocupada pelos cultivos de arroz, mandioca, feijão, milho, uva, batata-inglesa e laranja no ano anterior})}{(\text{área total ocupada pelos cultivos de arroz, mandioca, feijão, milho, uva, batata-inglesa e laranja no ano anterior})}$	Município	http://deedados.planejamento.rs.gov.br/feedados/	

I - Produção de Alimentos	Taxa anual de crescimento da área plantada com lavoura temporária	%	DEEDa dos	Anual	(área total ocupada por lavoura temporária no ano mais recente) - (área total ocupada por lavoura temporária no ano anterior)) / (área total ocupada por lavoura temporária no ano anterior)		http://deedados.planejamento.rs.gov.br/feedados/	
I - Produção de Alimentos	Taxa anual de crescimento da área plantada com lavoura permanente	%	DEEDa dos	Anual	(área total ocupada por lavoura permanente no ano mais recente) - (área total ocupada por lavoura permanente no ano anterior)) / (área total ocupada por lavoura permanente no ano anterior)		http://deedados.planejamento.rs.gov.br/feedados/	
I - Produção de Alimentos	Taxa anual de crescimento da quantidade produzida de soja	%	DEEDa dos	Anual	(quantidade total de soja produzida no ano mais recente) - (quantidade total de soja produzida no ano anterior)) / (quantidade total de soja produzida no ano anterior)	Município	http://deedados.planejamento.rs.gov.br/feedados/	
I - Produção de Alimentos	Taxa anual de crescimento da quantidade produzida dos principais cultivo alimentares (arroz, mandioca, feijão, milho, uva, batata-inglesa e laranja)	%	DEEDa dos	Anual	(quantidade total de arroz, mandioca, feijão, milho, uva, batata-inglesa e laranja produzida no ano mais recente) - (quantidade total de arroz, mandioca, feijão, milho, uva, batata-inglesa e laranja produzida no ano anterior)) / (quantidade total de arroz, mandioca, feijão, milho, uva, batata-inglesa e laranja produzida no ano anterior)	Município	http://deedados.planejamento.rs.gov.br/feedados/	
I - Produção de Alimentos	Taxa anual de crescimento da quantidade produzida de produtos da lavoura temporária	%	DEEDa dos	Anual	(quantidade total de produtos de lavoura temporária produzidos no ano mais recente) - (quantidade total de produtos de lavoura temporária produzidos no ano anterior)) / (quantidade total de produtos de lavoura temporária produzidos no ano anterior)		http://deedados.planejamento.rs.gov.br/feedados/	

I - Produção de Alimentos	Taxa anual de crescimento da quantidade produzida de produtos da lavoura permanente	%	DEEDa dos	Anual	((quantidade total de produtos de lavoura permanente produzidos no ano mais recente) -(quantidade total de produtos de lavoura permanente produzidos no ano anterior)) / (quantidade total de produtos de lavoura permanente produzidos no ano anterior)		http://deedados.planejamento.rs.gov.br/feedados/	
I - Produção de Alimentos	Taxa de crescimento do efetivo de bovinos, suínos, ovinos e aves	%	DEEDa dos	Anual	(quantidade total de cabeças de bovinos + ovinos + suínos + galináceos (aves) no ano mais recente) -(quantidade total de cabeças de bovinos + ovinos + suínos + galináceos (aves) no ano anterior)) / (quantidade total de cabeças de bovinos + ovinos + suínos + galináceos (aves) no ano anterior)			

Dimensão	Denominação do Indicador	Unidade	Fonte	Periodicidade	Fórmula de apuração	Escala de regionalização	Link para Acesso	OBS.:
II - Disponibilidade de Alimentos	Número de unidades armazenadoras de alimentos cadastradas no SICARM	Unidade	Dados do Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras (SICARM)	Conforme cadastro	Somatório do número de cadastros das unidades armazenadoras do município	Município	https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultaArmazem.do?method=acaoCarregarConsulta	Selecionar "RS" na UF do armazém e o município a ser analisado. Clicar em "consultar". Na planilha gerada pelo site, é a coluna CDA, a qual trata sobre o cadastro do tipo de unidade armazenadora.
II - Disponibilidade de Alimentos	Capacidade de armazenamento de alimentos das unidades cadastradas no SICARM	tonelada	Dados do Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras (SICARM)	Conforme cadastro	Somatório da capacidade de armazenamento em toneladas das unidades armazenadoras do município	Município	https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultaArmazem.do?method=acaoCarregarConsulta	Selecionar "RS" na UF do armazém e o município a ser analisado. Clicar em "consultar". Na planilha gerada pelo site, é a coluna CAP. (t).

II - Disponibilidade de Alimentos	Capacidade de armazenamento de alimentos em armazéns convencionais, estruturais e infláveis	m3	Dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) obtidos através do IBGE - Pesquisa de Estoques	semestral	-	Município	https://sidra.ibge.gov.br/home/estoques/sul	No site, clicar em "Relação de tabelas da pesquisa" (link ao lado de "Pesquisa de Estoques - 2º semestre 2023"). Acessar a "Tabela 278 - Número de estabelecimentos e Capacidade útil das unidades armazenadoras por tipo de unidade armazenadora, tipo de propriedade da empresa e tipo de atividade do estabelecimento". Selecionar a variável "Capacidade útil", selecionar a(s) unidade(s) armazenadora(s), selecionar "total" em "tipo de propriedade da empresa" e "tipo de atividade do estabelecimento", selecionar os semestres a serem analisados, e selecionar "Município" na Unidade Territorial. Clicar em visualizar e buscar no quadro a ser gerado os dados correspondentes ao município a ser analisado.
II - Disponibilidade de Alimentos	Capacidade de armazenamento de alimentos em armazéns graneleiros e granelizados	tonelada	Dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) obtidos através do IBGE - Pesquisa de Estoques	semestral	-	Município	https://sidra.ibge.gov.br/home/estoques/sul	No site, clicar em "Relação de tabelas da pesquisa" (link ao lado de "Pesquisa de Estoques - 2º semestre 2023"). Acessar a "Tabela 278 - Número de estabelecimentos e Capacidade útil das unidades armazenadoras por tipo de unidade armazenadora, tipo de propriedade da empresa e tipo de atividade do estabelecimento". Selecionar a variável "Capacidade útil", selecionar a(s) unidade(s) armazenadora(s), selecionar "total" em "tipo de propriedade da empresa" e "tipo de atividade do estabelecimento", selecionar os semestres a serem analisados, e selecionar "Município" na Unidade Territorial. Clicar em visualizar e buscar no quadro a ser gerado os dados correspondentes ao município a ser analisado.

II - Disponibilidade de Alimentos	Capacidade de armazenamento de alimentos em silos	tonelada	Dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) obtidos através do IBGE - Pesquisa de Estoques	semestral	-	Município	https://sidra.ibge.gov.br/home/estoques/sul	No site, clicar em "Relação de tabelas da pesquisa" (link ao lado de "Pesquisa de Estoques - 2º semestre 2023"). Acessar a "Tabela 278 - Número de estabelecimentos e Capacidade útil das unidades armazenadoras por tipo de unidade armazenadora, tipo de propriedade da empresa e tipo de atividade do estabelecimento". Selecionar a variável "Capacidade útil", selecionar a(s) unidade(s) armazenadora(s), selecionar "total" em "tipo de propriedade da empresa" e "tipo de atividade do estabelecimento", selecionar os semestres a serem analisados, e selecionar "Município" na Unidade Territorial. Clicar em visualizar e buscar no quadro a ser gerado os dados correspondentes ao município a ser analisado.
II - Disponibilidade de Alimentos	Quantidade de grãos estocados (arroz, feijão, milho e soja)	tonelada	Dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) obtidos através do IBGE - Pesquisa de Estoques	semestral	Somatório da quantidade em toneladas de arroz, feijão, milho e soja estocada nas unidades armazenadoras	Município	https://sidra.ibge.gov.br/home/estoques/sul	No site, clicar em "Relação de tabelas da pesquisa" (link ao lado de "Pesquisa de Estoques - 2º semestre 2023"). Acessar a "Tabela 254 - Número de informantes e Quantidade estocada no último dia do semestre, por produtos, tipo de propriedade da empresa e tipo de atividade do estabelecimento". Selecionar a variável "Quantidade estocada (toneladas)", selecionar os produtos a serem analisados, selecionar "total" em "tipo de propriedade da empresa", selecionar os semestres a serem analisados, e selecionar "Município" na Unidade Territorial. Clicar em visualizar e buscar no quadro a ser gerado os dados correspondentes ao município a ser analisado.

II - Disponibilidade de Alimentos	Número de produtores orgânicos cadastrados no CNPO	unidade	Dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO)	Conforme cadastro	Somatório do número de produtores cadastrados	Município	https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos	Na página, acessar o link "Clique aqui para acessar o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos". Na planilha que será baixada, usar o filtro na "coluna D" para o RS e na "coluna E" para o município em questão. Verificar o número de produtores a partir da coluna G, a qual se refere ao CNPJ (cuidar as repetições).
II - Disponibilidade de Alimentos	Número de feiras orgânicas cadastradas no Idec	unidade	Dados obtidos do Mapa de Feiras Orgânicas do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)	Conforme cadastro	Somatório do número de feiras cadastradas	Município	https://feirasorganicas.org.br/	Na página, acessar o mapa à direita, usar o filtro "feiras" e, em filtros avançados, selecionar Região Sul e Estado Rio Grande do Sul.

Dimensão	Denominação do Indicador	Unidade	Fonte	Periodicidade	Escala de regionalização	Link para Acesso	OBS.:
III - Renda e Condições de Vida	Índice (IDESE)	Índice	SPGG-R S/DEE	Anual	Município	http://deedados.planejamento.rs.gov.br/feedados/#!home/tutorial	Idese (Rev. 2020) - Idese
III - Renda e Condições de Vida	PIB per capita	R\$	SPGG-R S/DEE	Anual	Município	http://deedados.planejamento.rs.gov.br/feedados/#!home/tutorial	Contabilidade Social - Série 2002 em diante - PIB - PIB per capita
III - Renda e Condições de Vida	Pessoal Ocupado	Unidade	IBGE, Cadastro Central de Empresas	Anual	Município	https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/	Pesquisas - Cadastro Central de Empresas
III - Renda e Condições de Vida	Número de Vínculos Empregatícios	Unidade	SPGG-R S/DEE	Anual	Município	http://deedados.planejamento.rs.gov.br/feedados/#!home/tutorial	Emprego - Número de Vínculos Empregatícios - Ativos - Total

III - Renda e Condições de Vida	Salário Médio Mensal	Salário Mínimo	IBGE, Cadastro Central de Empresas	Anual	Município	https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/	Pesquisas - Cadastro Central de Empresas
III - Renda e Condições de Vida	Remuneração Média (em salários mínimos)	Salário Mínimo	SPGG-R S/DEE	Anual	Município	http://deedados.planejamento.rs.gov.br/feedados/#!home/tutorial	Emprego - Número de Vínculos Empregatícios - Ativos - Remuneração Média (em salários mínimos)
III - Renda e Condições de Vida	Quantidade de famílias em situação de pobreza, segundo a faixa do Programa Bolsa Família, inscritas no Cadastro Único	Unidade	SAGICAD /VISDATA	Mensal	Município	VIS DATA 3 beta (cidadania.gov.br)	Cadastro Único - Famílias inscritas no Cadastro Único - Por faixa de renda familiar per capita (a partir de mar/2023)
III - Renda e Condições de Vida	Quantidade de famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo (Pobreza + Baixa renda), inscritas no Cadastro Único	Unidade	SAGICAD /VISDATA	Mensal	Município	VIS DATA 3 beta (cidadania.gov.br)	Cadastro Único - Famílias inscritas no Cadastro Único - Por faixa de renda familiar per capita (a partir de mar/2023)
III - Renda e Condições de Vida	Quantidade de famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo inscritas no Cadastro Único	Unidade	SAGICAD /VISDATA	Mensal	Município	VIS DATA 3 beta (cidadania.gov.br)	Cadastro Único - Famílias inscritas no Cadastro Único - Por faixa de renda familiar per capita (a partir de mar/2023)

Dimensão	Denominação do Indicador	Unidade	Fonte	Periodicidade	Escala de regionalização	Link para Acesso	OBS.:
IV - Acesso à alimentação saudável, adequada, incluindo água	Número de agricultores familiares fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) modalidade compra com doação simultânea	unidade	Dados da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural obtidos através do sistema da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único - SAGICAD (VIS DATA 3 beta)	anual	município	https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vs/data3/v.php?q[]=oNOhIMHqwJOsuqSe9XGCymipx92q5m9jj6x6ZG11ZWu0a32Aa1qHk2Cabq%2FTtH9qd66WpuyeilSYmcrGbqWjIMnusm93u6qnnK%2BGgG5ovcKf3aJuw9y5p6GDcKDapcCzcmjK1qCNs2yPtlianbSon7SfrrqgkpKcmcuppsK2iKextbF74Ku2sayZy9Clz7BTw9y6naixlqzerG20pp%2FFxpbPoalP4MBUoLdViuotMCYmriBI89ddM7wtqelC9z9HKhtspxNmM2c16Kh0erAV46tmK%2FrrLzBV5PAz5TYoJjG7bynXLiWoeisba%2BmoHfCmtymltLnwaOuraha35q6t6OWuNOY3V2ZzO27mZ%2BtmannsBum5x3saXZpKW%2B6K5UoK1Ve%2BqutsGg8P4k1tldl8KbjqClTzqo7ajAcYiuM%2Bn06GUweBtmKFooKGZnbJumJnAzipYsaLQm66Yrb2erOKdvMGznZLdr%2BZ4&ag=e&sag=43&codigo=0	O link já está com filtro para os Municípios do RS. Deve ser selecionada a opção "Ano" e marcar nos dois campos ao lado o ano a ser analisado.
IV - Acesso à alimentação saudável, adequada, incluindo água	Quantidade de alimentos adquiridos de agricultores familiares fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) modalidade compra com doação simultânea	kg	Dados da SECRETARIA NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA RURAL (SEISP) obtidos através do sistema da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único - SAGICAD (VIS DATA 3 beta)	anual	município	mesmo link acima.	O link já está com filtro para os Municípios do RS. Deve ser selecionada a opção "Ano" e marcar nos dois campos ao lado o ano a ser analisado.

IV - Acesso à alimentação saudável, adequada, incluindo água	Percentual da população atendida com abastecimento de água	%	Dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SNIS 2023 - Ano Referência 2022), obtidos através do Portal de Indicadores Municipais do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (DEE/SPGG).	anual	município	https://indicadoresmunicipais.dee.rs.gov.br/	Na página, selecionar o Município e Clicar em "Saneamento" para visualizar o valor do Indicador. Dado já está calculado e disponível na página.
IV - Acesso à alimentação saudável, adequada, incluindo água	Percentual da população com atendimento total de esgoto	%	Dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SNIS 2023 - Ano Referência 2022), obtidos através do Portal de Indicadores Municipais do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (DEE/SPGG).	anual	município	https://indicadoresmunicipais.dee.rs.gov.br/	Na página, selecionar o Município e Clicar em "Saneamento" para visualizar o valor do Indicador. Dado já está calculado e disponível na página.

IV - Acesso à alimentação saudável, adequada, incluindo água	Quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único em domicílios com abastecimento de água (por rede geral de distribuição, por poço ou nascente, por cisterna e por outras formas)	unidade	Dados da SECRETARIA DE AVALIAÇÃO GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CADASTRO ÚNICO obtidos através do sistema SAGICAD (VIS DATA 3 beta)	mensal	município	https://bit.ly/3QXk8Yv	O link já está com filtro para os Municípios do RS. Deve ser selecionado o intervalo de meses para se obter o dado acumulado do ano a ser avaliado).
IV - Acesso à alimentação saudável, adequada, incluindo água	Taxa de internações no SUS relacionadas à potabilidade da água e à conservação de alimentos (Sintoma: diarreia)	número de internações por 100 mil habitantes	Dados do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS - TabNet DATASUS) obtidos através do Portal IBGE - Cidades	anual	município	https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama	No site, acessar dados no município em "Selecionar Local"
IV - Acesso à alimentação saudável, adequada, incluindo água	Consumo de frutas por adultos acompanhados na Atenção Primária à Saúde (APS)	%	Dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)	anual	município	https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index	Acessar os Arquivos Consolidados dos Acompanhamentos de Adultos Registrados no Consumo Alimentar por Município.
IV - Acesso à alimentação saudável, adequada, incluindo água	Consumo de verduras e legumes por adultos acompanhados na Atenção Primária à Saúde (APS)	%	Dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)	anual	município	https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index	Acessar os Arquivos Consolidados dos Acompanhamentos de Adultos Registrados no Consumo Alimentar por Município.

Dimensão	Denominação do Indicador	Unidade	Fonte	Periodicidade de	Escala de regionalização	Link para Acesso	OBS.:
V - Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados	Cobertura da Atenção Primária	%	e-Gestor-AB	Mensal	Município	https://egestorab.saude.gov.br/paginas/ acessoPublico/relatorios/relCoberturaAPSCadastro_xhtml	
V - Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados	Cobertura do acompanhamento de saúde das famílias beneficiárias do PBF	%	PBF	Semestral (2024/1)	Município	https://bfa.saude.gov.br/relatorio/consolidado	
V - Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados	Taxa de mortalidade infantil	Taxa por mil hab.	DEE - SPGG	Anual (2022)	Município	https://indicadoresmunicipais.dee.rs.gov.br/	
V - Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados	Mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT)	Taxa por 10n hab.	DEE - SPGG	Anual (2021)	Município	https://indicadoresmunicipais.dee.rs.gov.br/	
V - Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados	Taxa de mortalidade geral	Taxa por mil hab.	DataSUS e DEE - SPGG	Anual (2021)	Município	https://indicadoresmunicipais.dee.rs.gov.br/	
V - Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados	Cobertura de consultas pré-natal	%	BI Saúde - RS	Mensal	Município	http://bipublico.saude.rs.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=publico.qvw&host=QVSBari&anonymous=true&Sheet=SH_EventosVitaais	
V - Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados	Inadequação de IMC em crianças <5 anos de idade, por etnia	%	SISVAN	Mensal	Município	https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index	
V - Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados	Inadequação de IMC em adultos, por gênero e etnia	%	SISVAN	Mensal	Município	https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index	
V - Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados	Óbitos por causas reduzíveis pela adequação da atenção à saúde	%	Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis - Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente	Mensal	Município	https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-de-contudos/paineis-de-monitoramento/mortalidade/infantil-e-fetal/	

Dimensão	Denominação do Indicador	Unidade	Fonte	Periodicidade	Fórmula de apuração	Escala de regionalização	Link para Acesso	OBS.:
VI - Educação	Taxa de distorção idade-série, por etapa de ensino	%	Censo Escolar (INEP)	Anual	(Alunos com dois ou mais anos de atraso escolar na etapa de ensino (Fundamental - Anos Iniciais, Fundamental - Anos Finais e Médio) / Total de alunos na etapa de ensino) * 100	Município	https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoib2ViNDJiNDU0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMjEzZjczODk3LW44YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9	
VI - Educação	Abastecimento de água nas escolas, por situação do domicílio	%	Censo Escolar (INEP)	Anual	[Escolas (urbana ou rural) por situação de abastecimento de água (geral, poço artesiano ou inexistente) / Total de escolas (urbana ou rural)] *100	Município	https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoib2ViNDJiNDU0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMjEzZjczODk3LW44YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9	É possível realizar a desagregação das informações por três níveis de abastecimento: Água rede pública; Água poço artesiano; e Água inexistente. Além disso, é possível realizar a desagregação por situação do domicílio (urbano ou rural).
VI - Educação	Tratamento de esgoto nas escolas, por situação do domicílio	%	Censo Escolar (INEP)	Anual	[Escolas (urbana ou rural) por situação do tratamento de esgoto (rede pública, fossa ou inexistente) / Total de escolas (urbana ou rural)] *100	Município	https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoib2ViNDJiNDU0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMjEzZjczODk3LW44YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9	É possível realizar a desagregação das informações por três níveis de abastecimento: Esgoto rede pública; Esgoto em fossa (comum ou séptica); e Esgoto inexistente. Além disso, é possível realizar a desagregação por situação do domicílio (urbano ou rural).
VI - Educação	Taxas de rendimento, por etapa de ensino	%	Censo Escolar (INEP)	Anual	Aprovação: Proporção de alunos que alcançaram rendimento mínimo para aprovação ao final do ano letivo. Reprovação: Proporção de alunos que não alcançaram rendimento mínimo para aprovação ao final do ano letivo. Abandono: Proporção de alunos que deixaram de frequentar a escola após o período de referência do Censo Escolar.	Município	https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoib2ViNDJiNDU0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMjEzZjczODk3LW44YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9	O índice pode ser consultado para 3 desagregações distintas: Ensino Fundamental Regular - Anos Iniciais; Ensino Fundamental Regular - Anos Finais; e Ensino Médio. Além disso, relaciona as três possibilidades de rendimento para o ano letivo: aprovação, reprovação ou abandono.
VI - Educação	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)	Índice	INEP	Bianual	O Ideb é um indicador sintético que relaciona as taxas de aprovação escolar, obtidas no Censo Escolar, com as médias de	Município	https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatis	O índice pode ser consultado para 3 desagregações distintas: Ensino Fundamental Regular - Anos Iniciais; Ensino Fundamental



caisanrs@social.rs.gov.br